

HABEAS CORPUS Nº 479.306 - SP (2018/0304943-2)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
IMPETRANTE : TALES DE FREITAS
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : TALES DE FREITAS (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado de próprio punho por TALES DE FREITAS apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Consta das informações prestadas pela autoridade coatora que o paciente, "juntamente com corréus, foi condenado por infração aos arts. 33, *caput*, e 35, *caput*, ambos c.c. o art. 40, III e VI, todos da Lei nº 11.343/2006, em concurso material, às penas de 10 anos, 10 meses e 20 dias de reclusão, no regime inicial fechado, e 1.632 dias-multa" (e-STJ. fl. 40).

Ainda segundo as informações, no julgamento da apelação defensiva, foi dado "parcial provimento ao reclamo apenas para reduzir as reprimendas ao patamar de 09 anos e 04 meses de reclusão e 1.399 dias-multa, mantido, no mais, o r. édito condenatório e, com o trânsito em julgado, determinada a expedição de mandado de prisão" (e-STJ. fl. 40).

Finalmente, foi informado que, "opostos embargos de declaração pelos causídicos dos corréus José Luiz Ferreira Neto, Carlos Eduardo Cristóvão de Oliveira e Alex Aparecido da Silva, foram eles rejeitados pela Turma Julgadora aos 14 de abril seguinte, à unanimidade O v. acórdão transitou em julgado" (e-STJ fls. 40/41).

Nas razões do presente *writ*, o impetrante/paciente questiona o decreto condenatório.

Informações prestadas às e-STJ fls. 35/36 e 39/176.

Manifestação da Defensoria Pública do Estado de São Paulo às e-STJ fls. 182/184, pugnando pela "concessão da ordem de ofício conforme requerida na inicial, caso assim entenda V. Exa ou, subsidiariamente, que a presente petição seja encaminhada

ao E. TJ/SP para formação de expediente de revisão criminal em favor do mesmo, com oportuna abertura de vista à Defensoria Pública local para oferecimento de razões" (e-STJ fl. 184).

Parecer ministerial pelo não conhecimento da impetração por demandar revolvimento do acervo probatório constante do processo (e-STJ fls. 187/190).

É, em síntese, o relatório.

A impetração, ao que se depreende da petição inicial, objetiva a revisão da condenação e da dosimetria da pena.

No entanto, como é cediço, a verificação do acerto ou do desacerto do entendimento fixado pelas instâncias ordinárias ultrapassa os limites cognitivos do *habeas corpus*, notadamente no caso vertente, em que a condenação, confirmada em apelação, já transitou em julgado.

Com efeito, a desconstituição da condenação implica o necessário revolvimento do acervo fático-probatório disposto nos autos, o reexame dos elementos constitutivos do tipo e a verificação da perfeita adequação do fato à norma, providências vedadas na angusta via do remédio constitucional, marcada pela celeridade e sumariedade na cognição.

Sobre o tema é o vaticínio da doutrina:

A semelhança entre a revisão criminal e o habeas corpus é que ambas são ações constitucionais e podem ser ajuizadas após o trânsito em julgado. No entanto, o habeas corpus liga-se à liberdade de locomoção e, após o trânsito em julgado da decisão, somente tem cabimento nas hipóteses de nulidade absoluta (art. 648, VI, CPP). Quanto à revisão criminal, seu enfoque é o erro judiciário, necessitando maior exploração das provas, algo incompatível com o habeas corpus. (NUCCI. Guilherme de Souza. Habeas Corpus. Rio de Janeiro: Forense, 2014, p. 187.)

No mesmo sentido, é a firme jurisprudência desta Corte de Justiça:

PENAL. HABEAS CORPUS. ART. 217-A DO CÓDIGO PENAL. IMPETRAÇÃO SUBSTITUTIVA DE REVISÃO CRIMINAL. IMPROPRIEDADE DA VIA ELEITA. ABSOLVIÇÃO. REVOLVIMENTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. DOSIMETRIA. PENA-BASE. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. ILEGALIDADE NÃO EVIDENCIADA. REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. INVIABILIDADE. CONDENAÇÃO TRANSITADA EM JULGADO. NÃO CONHECIMENTO.

1. *Tratando-se de habeas corpus substitutivo de revisão criminal, inviável o seu conhecimento.*

2. *O mandamus se presta a sanar ilegalidade ou abuso de poder que resulte em coação ou ameaça à liberdade de locomoção. Não cabe nesta via estreita o revolvimento fático-probatório a ensejar a absolvição do paciente.*

[...]

5. *Habeas corpus não conhecido.* (HC 328.080/SP, relatora Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 24/05/2016, DJe 10/06/2016.)

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO. ROUBO MAJORADO E CORRUPÇÃO DE MENORES. DESCLASSIFICAÇÃO DO CRIME DE ROUBO PARA O DELITO DE AMEAÇA E ABSOLVIÇÃO DO CRIME DE CORRUPÇÃO DE MENORES. IMPOSSIBILIDADE. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. DOSIMETRIA. FRAÇÃO DE AUMENTO NA TERCEIRA FASE DE APLICAÇÃO DA PENA. ACÓRDÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA EM CONSONÂNCIA COM A SÚMULA 443/STJ. REGIME INICIAL FECHADO. POSSIBILIDADE. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. DETRAÇÃO PENAL. QUESTÃO NÃO ENFRENTADA NA ORIGEM. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. PARECER ACOLHIDO.

1. *O Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça não têm mais admitido a utilização do habeas corpus como sucedâneo do meio processual adequado, seja o recurso ou a revisão criminal, salvo em situações excepcionais.*

2. *A análise das teses de desclassificação da conduta de roubo para o crime de ameaça e a absolvição quanto ao delito de corrupção de menores, segundo a jurisprudência desta Corte, demandaria, necessariamente, o exame do acervo fático-probatório, o que não se coaduna com a via estreita do habeas corpus.*

[...]

6. *Habeas corpus não conhecido.* (HC 338.671/SP, relator Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 03/05/2016, DJe 16/05/2016.)

PROCESSUAL PENAL E PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL, ORDINÁRIO OU DE REVISÃO CRIMINAL. NÃO CABIMENTO. TENTATIVA DE LATROCÍNIO. ABSOLVIÇÃO E DESCLASSIFICAÇÃO DO DELITO. ROUBO. ART. 157, § 3º, 1ª PARTE. IMPOSSIBILIDADE. REEXAME DE PROVA. DESNECESSIDADE DE LESÃO CORPORAL.

1. *Ressalvada pessoal compreensão diversa, uniformizou o Superior Tribunal de Justiça ser inadequado o writ em substituição a recursos especial e ordinário, ou de revisão criminal, admitindo-se, de ofício, a concessão da ordem ante a constatação de ilegalidade flagrante, abuso de poder ou teratologia.*

2. Incabível o exame do pleito de absolvição e de desclassificação do delito, pois, para se afastar o entendimento adotado pelas instâncias ordinárias, seria necessário o revolvimento do conjunto probatório, o que não é possível em sede de habeas corpus.

[...]

4. Habeas corpus não conhecido. (HC 151.885/SC, relator Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 05/05/2015, DJe 14/05/2015.)

Tal o contexto, **não conheço do presente *habeas corpus***. No entanto, conforme requerido pela combativa Defensoria Pública do Estado de São Paulo às e-STJ fls. 182/184, determino o encaminhamento de cópia da petição inicial ao Tribunal de origem para que, se possível, autue o expediente como revisão criminal em favor do paciente, com abertura de vista à Defensoria Pública local para que apresente eventuais razões. Dê-se ciência ao interessado.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de fevereiro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator